

# **A HIPERINFLAÇÃO E A ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA: UMA EPOPEIA BRASILEIRA**

Ayrton Barrichello

## **RESUMO**

Desde a década de 50, houve a escolha de se conviver com uma inflação de dois dígitos, desde que fossem acompanhadas por um desenvolvimento da indústria. O país tem um histórico de altas inflações. As crises do petróleo de 1970 e 1979 criaram uma crise de matriz energética, e levaram o Brasil a uma hiperinflação que só seria controlada a partir do Plano Real, em 1994. A partir de dados secundários obtidos pela pesquisa bibliográfica, verificou-se que para poder controlar a alta inflacionária, o governo lançou pós-período militar alguns planos econômicos, como o plano Cruzado, o Plano Bresser, o Plano Verão, os planos Collor I e II e por último o Plano Real. O Plano Real teve como objetivo principal em um primeiro momento controlar a hiperinflação que assolava o país. Criando uma política fiscal, implantação de uma nova moeda, a URV e logo após, o Real e que de certo modo, não apenas combateu a hiperinflação, mas também teve fundamentação para ajuste do sistema financeiro e das contas públicas. Alguns economistas acreditam que o Plano Real foi bem sucedido em sua totalidade, pois o principal objetivo era controlar a hiperinflação, porém teve seu efeito colateral como, por exemplo, o estímulo a importações. Este esforço de pesquisa chega à conclusão de que, mesmo com alguns efeitos colaterais, o Plano Real teve sucesso em sua totalidade já que seu principal objetivo era controlar a inflação, e devolver a segurança econômica da população.

**PALAVRAS – CHAVE:** Inflação. Regimes cambiais. Planos de Estabilização.

## **1 - INTRODUÇÃO**

A inflação é um mal que atrapalha os diferentes agentes econômicos a realizar com melhor precisão seus projetos de poupança, consumo, investimento. Em suma, atrapalha o planejamento das famílias no longo prazo, no horizonte temporal. A história da república brasileira é uma história inflacionária. Em particular, desde a década de 1950 optou-se pelo convívio com uma inflação na casa dos dois dígitos, desde que esta fosse acompanhada da industrialização do país. Este esforço estava alicerçado nos dogmas cepalinos de desenvolvimento.

Infelizmente para nós brasileiros, o receituário desenvolvimentista ao longo das décadas e dois choques do petróleo na década de 1970 culminaram com a crise da hiperinflação da década de 1980. As distorções eram tantas que já não era mais possível aceitarem a convivência com a inflação. Solucionar o problema, estabilizar a moeda passa a ser a grande plataforma política do país, respaldado é claro, em um enorme desconforto popular com a inflação desenfreada.

Começa-se uma verdadeira epopeia de planos de estabilização, sendo que a maioria era baseada no diagnóstico de que a inflação brasileira tinha suas origens na teoria heterodoxa da inflação inercial, ou seja, de que a inflação passada era repassada para salários e demais contatos pela forte indexação da economia.

É somente em meados da década de 1990 que a estabilização do papel moeda é alcançada, através do Plano Real. Este plano de estabilização diferentemente dos demais concebia que a inflação de demanda e, portanto, da impressão de moeda e descontrole das contas públicas eram as causas fundamentais da infecção inflacionária a ser combatida.

Em 2024 o Plano Real completa seus 30 anos. Entre admiradores e críticos, existem pesquisadores que entendem que o plano é uma fraude, um fracasso, outros, no entanto entendem que ele obteve enorme êxito.

Para responder esta questão busca-se levantar os antecedentes que levaram ao processo inflacionário na década de 1980, as políticas macroeconômicas dos planos que fracassaram e as medidas do Plano Real.

Este trabalho, além desta introdução, no tópico 2, são discutidos os aspectos da teoria econômica em torno da inflação, seja de oferta, demanda ou inercial e também sobre as taxas de câmbio.

Na seção 3, explica-se a metodologia empregada neste esforço de pesquisa, bem como os procedimentos necessários para um melhor trabalho acadêmico, estimulando a leitura, análise e conclusão de texto, sempre fundamentado nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No tópico 4, fala-se das origens da hiperinflação nas décadas de 70 e 80, e as opções que durante o governo no regime militar foram adotadas e incorreram em um problema inflacionário. Posteriormente explora-se os planos de estabilizações que foram implementados nas décadas de 80 e 90 até a conquista da estabilização monetária em meados de 90.

Por fim, realizam-se as considerações finais confrontando as análises e discussões elaboradas no tópico 4.

## 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção serão discutidos os aspectos da teoria econômica que norteiam este esforço de pesquisa. Para tanto é trabalhada primeiramente a teoria em torno da inflação, dadas pela inflação de oferta, de demanda e inercial. Posteriormente adentra-se na discussão sobre os regimes cambiais, ou seja, os regimes de cambio fixo, flutuante e de flutuação suja.

### 2.1- INFLAÇÃO DE OFERTA, DEMANDA E INERCIAL

Inflação nada mais é do que o processo de aumento dos preços generalizados dos bens e serviços dentro de uma economia. Exemplos: despesas como educação, saúde, habitação, alimentação, transporte etc.

A inflação desperta dúvidas nas pessoas. A maioria tem como a inflação algo ruim para a nação. Para as correntes mais ortodoxas da teoria econômica, deve-se sempre buscar a estabilidade de preços, evitando possíveis distorções. Esta estabilidade auxilia os diferentes agentes econômicos em seus planejamentos de consumo e investimentos, principalmente de longo prazo. Já para as correntes heterodoxas do pensamento econômico, em especial a vertente cepalina, quando de forma controlada, a inflação pode indicar um aquecimento da economia, e mostrar que a nação está em desenvolvimento. De acordo com Maia (2024), o Brasil fez a opção pelo desenvolvimento via estímulo do estado acompanhado de uma inflação de dois dígitos desde a década de 1950 até a situação que culminou na hiperinflação da década de 1980.

Existem três tipos de inflação conforme a literatura. Na ortodoxia acadêmica, tem-se a inflação de oferta (ou custos) e inflação de demanda. Acrescenta-se a estas a hipótese heterodoxa a teoria da inflação inercial.

Em se tratando da inflação de custos ou de oferta, conforme Vianna (2022), esta ocorre quando há um aumento nos custos de produção, como mão de obra, matéria prima, tributos, taxas de juros, fontes de energias. Sendo assim há uma pressão inflacionária instalada que será repassada para os produtos e serviços.

Agora no que tange a inflação de demanda, Guitarrara (2022) explica que, a partir de uma taxa de juros de equilíbrio de mercado, ou seja, uma taxa de juros neutra<sup>1</sup>, quando o Banco Central opta por uma política monetária expansionista, isto implica em uma menor taxa de juros (abaixo da taxa neutra) e, por consequência, uma tendência ao aumento do

---

<sup>1</sup> De acordo com Roca (2024), o juro neutro é a taxa de juros que não acelera e nem desacelera a inflação, já que está em linha com o crescimento potencial da economia.

empréstimo. Isto ocorre porque os diferentes agentes econômicos são estimulados a consumir, desde a expansão de um comércio, padaria, consumo de bens (carro, moto, utilitários para transportes) etc. Dado que a oferta monetária permaneceu a mesma e que este estímulo ao empréstimo significa maior demanda por moeda, tendo assim, uma pressão inflacionária.

Já em termos da inflação inercial, quando se tem um processo automático de realimentação de preços, temos a inflação inercial, que é quando o índice de inflação é a soma da inflação passada, mais a expectativa da inflação futura. A inflação se mantém no mesmo patamar sem aceleração inflacionaria, e decorrem de um sistema de reajuste de preços, inclusive salários e aluguéis, de acordo com os índices oficiais: a indexação (TEIXEIRA, 2020).

A indexação foi uma prática que surgiu no Brasil na década de 60. Na fase inicial, eram reajustados os preços dos títulos públicos, tendo como referência alguns índices publicados pelo CNE (Conselho Nacional de Economia), que atuou de 1949 até 1965. A indexação correspondia às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e tinha o valor atualizado trimestralmente. A ideia era que títulos públicos tivessem correção monetária, indexada pela inflação (BRASIL BOLSA BALCÃO, 2022).

Indexação, inflação e corrosão monetária, são conceitos que caminham juntos. Temos como exemplo hipotético uma situação em que em um mês houve 5% de aumento nos itens que compõem a cesta de consumo de uma família. Ou seja, temos uma inflação de 5%. Se usarmos a inflação como índice para reajustar outros valores da economia, o aluguel do mês seguinte terá aumento de 5%, pois o aluguel faz parte da cesta de consumo das famílias. O aumento do valor do aluguel irá deslocar a inflação para cima, nos meses subsequentes, e novos aumentos de preços serão registrados outra vez, seguindo o mecanismo da indexação à inflação.

## **2.2 – CÂMBIOS FIXO, FLUTUANTE E FLUTUAÇÃO SUJA**

É importante salientar que existem diferenças entre política cambial e regime cambial.

Segundo o Banco Central do Brasil (2021), a política cambial é o conjunto de medidas que definem o regime de taxas de cambio: fixo, flutuante, ou flutuação cambial suja. A política cambial define as relações financeiras entre os países, e o restante do mundo, sua forma de atuação no mercado de câmbio, regras para movimentação internacional de capitais e moedas e a gestão das reservas internacionais.

O responsável pela regulamentação do mercado de câmbio no Brasil é o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central monitora e garante o funcionamento regular do mercado e cumprimento das normas de regulação cambial. A política cambial interfere direto na vida dos brasileiros, mesmo não viajando para o exterior, mas devido ao comércio internacional. Exemplo: o cidadão de classe média baixa não compra dólares, mas consome pão, que a matéria prima básica é o trigo e que em sua maioria é negociada em dólares.

Uma discussão aprofundada das políticas cambiais não é relevante para o foco desta pesquisa, ou seja, a discussão sobre medidas utilizadas durante a implementação e consolidação do Plano Real. No entanto, a discussão teórica dos regimes cambiais e seu entendimento possuem relevância, dado que foram alterados ao longo do Plano Real.

Ao se tratar de regime cambial, estamos falando do conjunto de regras e acordos que determinam a forma como a taxa de câmbio em um país é controlada, seu principal objetivo é equilibrar a economia. Motta (2023) explica que a importância dos regimes cambiais, está estritamente relacionada ao comércio exterior, pois a taxa de câmbio é o preço da moeda de um país em relação a outro país.

O câmbio fixo é o tipo de câmbio em que o valor da moeda estrangeira, que geralmente é o dólar, é fixado pelo governo. Assim, a moeda nacional passa a ter valor fixo em relação a essa moeda.

O câmbio fixo possui a vantagem de um melhor controle em caso de inflação, ao mesmo tempo possui a desvantagem que pode ocasionar uma valorização excessiva da moeda nacional, podendo provocar uma diminuição nas exportações, e um aumento de importações, caso a moeda estrangeira esteja desvalorizada (OLIVEIRA 2023). É importante salientar que a manutenção de um regime de câmbio fixo não pode perdurar indefinidamente, pois gera uma pressão sobre as reservas internacionais do país. Pois o país na tentativa de manter o câmbio fixo pode ser obrigado a intervir constantemente, como, por exemplo, na tentativa de manter a paridade para com uma moeda de reserva de valor internacionalmente aceita (TOLOTTI, 2014).

O sistema de câmbio flutuante, ocorrido através da lei de oferta e procura de moeda, é aquele em que o mercado estabelece os valores das taxas cambiais. Neste sistema, podem ocorrer grandes variações das taxas cambiais em curtos intervalos de tempo. (OLIVEIRA 2023).

O câmbio flutuante tem como vantagem a regulação das taxas de câmbio pelo próprio mercado, onde não ocasiona distorções cambiais na economia. Porém, se há uma valorização

excessiva de moedas estrangeiras, ao contrario do câmbio fixo, pode ocasionar uma inflação, e a desvalorização destas moedas podem ocasionar diminuição das exportações.

O regime de flutuação suja, também conhecida como *dirty float* é um termo usada para determinadas medidas e decisões tomadas pelo Banco Central de um país a respeito de sua moeda, o que afeta diretamente a taxa de câmbio. A flutuação suja nada mais é do que a intervenção de autoridades monetárias de um determinado país em sua taxa de câmbio, fazendo com que o mercado cambial não seja totalmente livre (REIS 2019).

Atualmente, a flutuação cambial dos países vem sendo cada vez mais no modelo de flutuação suja. Na maioria das vezes o câmbio não exprime a real situação econômica do país (REIS 2020).

### **3 - METODOLOGIA**

Conforme Soares (2022), a metodologia esta presente nos mais diversos tipos de pesquisa científica, e faz parte da trajetória do acadêmico e de qualquer estudante. Para terem-se respostas para certos questionamentos da pesquisa, usa-se a metodologia como um guia.

A metodologia de pesquisa é um conjunto de abordagens, ferramentas, e técnicas que buscam as respostas para os questionamentos iniciais. A metodologia apresenta os procedimentos necessários para a boa realização de sua pesquisa. Corroborando com este pensamento, Alves (2020) explica que a metodologia científica é uma disciplina que estimula o aprendizado, levando o aluno a tirar uma melhor conclusão da leitura, análise e interpretação de textos em sua pesquisa, sempre fundamentado nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No site metodologia científica verifica-se em resumo, o que é uma pesquisa bibliográfica:

Praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica tradicionalmente é uma modalidade de pesquisa que inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, as pesquisas passaram a incluir outros tipos de fonte, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado na internet (METODOLOGIA CIENTÍFICA, 2022, s.p.).

A pesquisa pode ser por fontes primárias ou secundárias. As fontes primárias são informações diretamente do autor original, pouco ou nada debatida, e fontes secundárias baseiam-se em fontes primarias para servir de ponto de partida (ROSA 2024).

Este trabalho foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica em sites da rede internet, periódicos, artigos e livros.

Nesta pesquisa procurou-se trabalhar com dados secundários a respeito dos eventos que desencadearam a inflação ao final do período militar, os planos de estabilização que antecedem o Plano Real e o próprio Plano Real. Estes se dão pela revisão bibliográfica do contexto histórico e a elaboração das tabelas dos dados de 1975 a 1998.

Realizaram-se ainda releituras de obras referentes ao Plano Real. Foram executadas várias pesquisas de diversos autores da área de ciências econômicas sobre planos econômicos pós-período militar até meados dos anos 2000, revisando obras, artigos, monografias sobre os planos econômico, planos de estabilização.

#### **4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Esta seção está dividida em três subseções. A primeira explora-se as origens da hiperinflação, abordando a década de 70 e as opções adotadas pelo governo do regime militar que incorreram no problema inflacionário. A subseção 4.1 descreve a epopeia dos planos de estabilização que antecedem o Plano Real. Na subseção 4.2 é descrito os planos econômicos que não deram certo no pós-período militar e seus motivos para tal. Por fim, na subseção 4.3 adentra-se nas políticas adotadas na estabilização do papel moeda com a implementação e consolidação do Plano Real.

##### **4.1 - ORIGENS DA HIPERINFLAÇÃO (Décadas de 1970 e 1980)**

Segundo Gasparetto (2023) entre os anos de 1964 a 1973, o Brasil vivia um momento de grande desenvolvimento econômico, colocando o país entre as maiores economias do mundo. Este período é chamado de Milagre Econômico. Foi justamente na primeira crise do petróleo em 1973 que essa fase de grande crescimento econômico chega ao fim.

Para tentar contornar a crise do petróleo e incentivar o uso de outra matriz energética, o governo fez uma tentativa criando Proálcool em 1975 (GASPARETTO, 2023). Esse programa incentivava o uso do álcool no lugar do petróleo refinado (diesel) como fonte de energia e combustível. O Programa não deu certo, pois a produção de cana açúcar, matéria prima para a fabricação do álcool, era destinada em sua maioria para exportação<sup>2</sup> (VERSIGNASSI, 2013).

---

<sup>2</sup> “Veja mais sobre "Proálcool" em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/proalcool.html>

A hiperinflação brasileira teve suas origens em meados dos anos 1979, com a explosão da segunda crise do petróleo, que provocou uma elevada subida nos preços deste produto. Os EUA que eram um país fortemente dependente da importação do petróleo passaram a ter uma inflação considerável. Para conter a inflação norte-americana, o Federal Reserve (banco central americano) decidiu por adotar uma política monetária contracionista com a elevação das taxas de juros do país, o que acabou por afetar o mundo inclusive o Brasil.

Os países da África e América Latina tinham dívidas com bancos dos Estados Unidos, e estas dívidas elevaram-se exponencialmente, pois estavam atreladas aos juros ingleses, e/ou vinculados aos juros americanos, e acabaram por se tornar impagáveis. Em 1982, o México decretou moratória, dando o “calote” na dívida externa. Este fato aumentou a insegurança quanto à capacidade dos países em desenvolvimento e endividados de honrarem seus compromissos e aumentou a pressão para que estes buscassem soluções para realizarem este esforço.

Durante o Período Militar, o Brasil contraiu uma dívida para o financiamento de empresas estatais que norteavam a economia do país, tanto quanto às empresas privadas. O dinheiro emprestado dos bancos americanos contribuiu para o II Plano Nacional de Desenvolvimento<sup>3</sup>, em meados da década de 1970 (MARINGONI, 2016).

Durante este período, os bancos americanos já pressionavam o Brasil para não decretar moratória como viria acontecer com o México. Na segunda metade dos anos 1970, orientados pelo FMI, o Brasil, e demais países, adotaram certas políticas de cortes de gastos públicos, realizaram forte desvalorização cambial<sup>4</sup>, fazendo assim para terem condições de pagamento dos juros da dívida e assegurar superávit em suas transações. Brasil, Argentina, Bolívia e Equador tiveram um forte descontrole inflacionário.

Esse tipo de hiperinflação já havia ocorrido em outras partes do mundo no pós-guerra. A Alemanha, derrotada na primeira guerra mundial, desvalorizou sua moeda para fazer frente às dívidas que o tratado de Versalhes havia estabelecido. Durante esse período, na Alemanha havia pouca produtividade, porém muita moeda, o que acabou levando a um descontrole

---

<sup>3</sup> Lançado em 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), buscou enfrentar a crise internacional, da época, sem levar o país a recessão e definindo uma série de investimentos em setores chaves da economia. Combinava ação do Estado da iniciativa privada e do capital externo. Sua execução foi seriamente comprometida pelo aprofundamento da contração internacional. Mesmo assim, foi capaz de dotar o Brasil de uma cadeia produtiva completa, algo até então inédito (MARINGONI, 2016).

<sup>4</sup> Desvalorização cambial significa que se a moeda do país perde valor, as compras do exterior passam a ficarem mais caras. Nesses casos, quem sai beneficiada é a exportação. Empresas que tenham um mercado em potencial fora do país têm a possibilidade de explorar esse aumento das vendas. (ENVATO 2020).



inflacionário. O dinheiro teve uma forte desvalorização, comprava 10% a menos do que antes (VERSIGNASSI, 2013).

Em 1983, o Brasil promove uma maxidesvalorização da moeda, enquanto subsidiava exportações. Porém, com a crescente desvalorização, as taxas de inflação foram de 99,7% para 211% ao ano (PACHECO, 2016). Para cumprir com suas obrigações, o governo recorreu ao endividamento interno, emitindo títulos públicos, com altos juros e taxa de liquidez<sup>5</sup>.

Entretanto, esse tipo de capitalização apresenta uma desvantagem: um cenário incerto forçava ao tesouro nacional optar por emissões de títulos da dívida curta de curto prazo, para manter a atratividade junto a investidores estrangeiros.

As altas taxas de juros se davam pela necessidade de haver um ganho em termos de juros real. Isso significa que quanto maior a inflação, maior a taxa de juros nominal necessária. Essa combinação de altas taxas de juros mais o fato dos títulos serem de curto prazo aumentou o encargo financeiro da dívida. Esse aumento do déficit exige a emissão de novos títulos com altas taxas de juros. A opção adotada para o governo se financiar foi à impressão monetária (PACHECO, 2019). Conforme Friedman [s.d.] a inflação é sempre um fenômeno monetário. Dessa forma, com mais dinheiro em circulação, o “preço” do dinheiro cai, mas a inflação decola.

Entende-se, portanto que a inflação surgiu porque o Brasil teve uma política econômica orientada a gerar grandes superávits e pagar a dívida com os bancos americanos, o descontrole dos gastos públicos, dívida interna e externa elevada, crise internacional, principalmente a do petróleo, e planos econômicos mal sucedidos resultaram em um caos inflacionário nos anos 70 e 80, atrelado ao fato de excesso de estado na economia. Esse fato nos confere o título de país que esteve em tal situação por mais tempo na história (PACHECO 2019).

Durante os anos de 1970 a 1973, o país vive um grande desenvolvimento econômico (GASPARETTO, 2023). E conforme os dados da Tabela I, este período de grande desenvolvimento econômico foi acompanhado de uma inflação relativamente estável, embora de dois dígitos. Porém, com a Primeira Crise do Petróleo em 1973, as taxas começam a disparar, e o controle da inflação se torna insustentável com as taxas próximas dos 35% ao ano e uma súbita alta a partir de 1979. Ou seja, a orientação política era de conviver com o aumento inflacionário e do risco de se chegar a uma hiperinflação em prol de um projeto de

---

<sup>5</sup> A liquidez de um investimento corresponde à facilidade com a qual é possível converter uma aplicação em dinheiro. No caso dos títulos públicos, quase todos eles têm liquidez diária, já que o Tesouro Nacional garante a recompra das aplicações no mercado secundário.

desenvolvimento. É preciso entender que havia um projeto de transformação do país de forma a se industrializar, fortemente apoiado pelas ideias cepalinas desenvolvimentistas do estado condutor desta transformação.

**TABELA I - Inflação brasileira anual (em %, de 1970 a 1979).**

<b>Ano</b>	<b>Inflação</b>
<b>1970</b>	19,31
<b>1971</b>	19,46
<b>1972</b>	15,70
<b>1973</b>	15,57
<b>1974</b>	34,55
<b>1975</b>	34,55
<b>1976</b>	46,27
<b>1977</b>	38,78
<b>1978</b>	40,84
<b>1979</b>	77,21

Fonte: Adaptado de Jornal A Folha (2022) (online).

Em 79, com a explosão da segunda crise do petróleo, o cenário fica insustentável, forçando o país a frear o crescimento e buscar restabelecer o controle sobre o nível de preços.

Desta forma a economia brasileira adentra a década de 80 em um momento difícil, em que o brasileiro passa a lidar com variações de preços cada vez mais intensas, com as maquininhas de etiquetar preços sendo usados toda semana, senão diariamente. É diante deste cenário que na década de 80 e a primeira metade de 90, a principal questão político/econômica do país se torna a estabilização dos preços.

## **4.2 - PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA QUE NÃO DERAM CERTOS (1985 – 1992).**

Após o período militar, durante a década de 80, o Brasil passou pela experiência de cinco planos de estabilização econômica. Foram eles: o Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, planos Collor I e II, porém todos esses fracassaram.

O Plano Cruzado, implantado no início da década de 80, tinha como meta a inflação zero, baseado na neutralização do fator inercial de inflação.

Seu principal objetivo era o de resolver os problemas da inflação através do congelamento de preços de contratos, preços essenciais de serviços e produtos para que não houvesse mais a correção monetária, através de uma nova moeda estável que eliminasse a memória de inflação (TEIXEIRA, 2020).

Porém, apesar dos esforços, os resultados até 1983 eram desanimadores. Segundo Teixeira (2020), a razão do fracasso do Plano Cruzado foi à falta de clareza das metas fiscais e/ou monetárias no médio e curto prazo, cujas políticas econômicas ficaram a cargo dos condutores do plano que não tinham uma comunicação clara entre os que “escreveram o plano”. Conforme afirma Averbug (2005), a inflação manteve-se em torno dos 100% nos dois primeiros anos, saltando para 211% em 1983.

O Plano Bresser entra em vigor no mês de junho de 1987. Durante o primeiro semestre, a inflação acumulada foi de 186,07%. Assim como no Plano Cruzado, o Plano Bresser também era baseado na teoria da inflação inercial. A ideia do plano, basicamente era sobre os preços, salários e aluguéis. Não havia muitas referências sobre política cambial, sistemas financeiros e bancos, e não se tinha em vista e nem se pretendia uma reforma monetária que substituísse o Cruzado (REIS, 2019).

Houve uma considerável redução na inflação durante o Plano Bresser, mas por poucos meses. No segundo semestre, a inflação foi de 62,88%, mas a inflação anual acumulada foi de 365,96%. Assim como o plano Cruzado, que também congelou os preços, o Plano Bresser acaba fracassando por atacar exclusivamente os mecanismos que alavancavam a inflação, sem obter apoio político para enfrentar o déficit público (SOTTOMAIOR, 2011).

O Plano Verão, de 1989, tinha como objetivo reduzir a taxa de inflação mensal para valores próximos a 10%.

Uma das grandes diferenças do Plano Verão para os outros planos foi à modificação do rendimento da caderneta de poupança (REIS, 2020). O Plano Verão determinou que os saldos das cadernetas de poupança fossem reajustados, a partir do próximo mês, com base no

rendimento acumulado das LFT<sup>6</sup> (Letras Financeiras do Tesouro), e não mais pelo IPC (Índice de Preços ao consumidor). Algumas outras medidas também foram adotadas como um novo congelamento de preços por tempo indeterminado, aumento dos juros, controle de gastos públicos, extinção da URP (Unidade de Referência de Preço), e a introdução de uma nova moeda: o Cruzado Novo, que correspondia a mil cruzados, que além de mudar de nome, houve o corte de três zeros.

O Plano Verão, assim como os demais planos econômicos anteriores, falhou consideravelmente, com inflação mensal próximas de 47%, bem longe da meta que era manter próxima aos 10% (REIS, 2020).

O Plano Collor de 1990 além de não ter conseguido conter a inflação foi um pacote traumático, que destruiu e descredibilizou o sistema financeiro nacional, principalmente devido ao confisco de parte do valor depositado na poupança dos brasileiros.

O confisco foi à medida que mais causou alvoroço na população durante o plano, pois era a retenção das poupanças dos correntistas que tivessem depósitos acima de 50.000 cruzeiros nos bancos. O governo iria reter os depósitos acima deste valor, e devolvê-los em 18 meses com correções e juros de 6% ao ano. Segundo o jornal Folha (2003) nos meses seguintes, o governo permitiria o saque em certas situações, como no caso do FGTS de quem fora demitido sem justa causa nos 30 dias anteriores ao plano, essa medida ficou conhecida como “torneiras”. Assim, o governo conseguiria liquidez para financiar seus projetos econômicos. Tal devolutiva dos depósitos nunca ocorreu de fato, e milhares de correntistas tiveram que recorrer à justiça pra reaver seus direitos (BEZERRA, 2021).

No Curto prazo, o plano até teve efeito, despencando de 82,4% para 7,6% a inflação em 1990. Em fevereiro de 1991, com taxas de inflação próximas a 20%, foi lançado o Plano Collor II. Dentre outras medidas, previa novos congelamento de preços, e o fim do Overnight<sup>7</sup>, substituído pelo Fundo de Aplicações Financeiras (BOTELHO, 2022). No entanto, o Plano Collor II conseguiu obter apenas um curto prazo de queda na inflação. Dessa forma, a inflação voltou a subir em maio de 1991 (JEHNIFER, 2021).

---

<sup>6</sup> O LFT é um investimento em renda fixa pós-fixado, isto é, ele acompanha o desempenho de um indicador do mercado financeiro, que neste caso é a SELIC. “A rentabilidade da LFT é igual à taxa SELIC. Portanto, se a aplicação for feita quando a SELIC estiver em 3,5% ao ano, essa será a sua rentabilidade. Mas vale observar que o valor investido se multiplica diariamente, uma vez que segue o regime de juros compostos” (WARREN, 2019, adaptado).

<sup>7</sup> Overnight significa “durante a noite”. No mercado financeiro, utiliza-se essa expressão para se referir a negociações de títulos públicos ocorridas durante o dia, e o tomador deve restituir o valor no dia seguinte acrescido de juros. Em resumo, o Overnight é uma transação realizada durante o mercado aberto, mas cuja aplicação só pode ser resgatada no dia seguinte. Para saber mais sobre o Overnight, consultar Empiricus (2023), Reis (2018).

O fracasso dos planos de estabilização da década de 80 e os primeiros anos da década de 90 são corroborados pela tabela II. A inflação durante o regime militar se mostrava alta e instável, com taxa chegando a três dígitos. Em 1986, com o fim do regime e após o movimento que ficou conhecido como as “diretas já”, foi implantado o Plano Cruzado. Por alguns instantes, conseguiu retrain a taxa de 235% para 53,5%, mas taxa essa que não conseguiu se manter por muito tempo, pois no ano seguinte, em 1987, a taxa se elevou para níveis estratosféricos, passando dos 400%.

**Tabela II - Variação da Inflação no Brasil (em %).**

<b>Período</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>1980</b>	110,2
<b>1981</b>	95,2
<b>1982</b>	99,7
<b>1983</b>	211,0
<b>1984</b>	223,8
<b>1985</b>	235,1
<b>1986</b>	53,5
<b>1987</b>	416,6
<b>1988</b>	629,11
<b>1989</b>	1.430,72
<b>1990</b>	2.947,73
<b>1991</b>	432,79
<b>1992</b>	432,79
<b>1993</b>	1.927,30

Fonte: Adaptado de IPEA (2005), Fundo Monetário Internacional (2024) (online).

Em geral estes planos econômicos não se preocuparam com as etapas seguintes a serem executadas para uma completa estabilização econômica. Isto se deu pelo fato de não convencerem os diferentes agentes econômicos de sua credibilidade e sucesso, também não houve uma transparência clara das etapas subsequentes, e nem um convite dos agentes econômicos para entenderem e participarem dos planos. Houve amplo controle estatal, seja pelo controle de preços ou da poupança dos agentes econômicos, e também baixo esforço no

que diz respeito aos ajustes fiscais, ou seja, pouco interesse e esforços de controle das contas públicas.

### **4.3 - A ESTABILIZAÇÃO INFLACIONÁRIA PELO PLANO REAL (1993 – 1998)**

Lançado em primeiro de Julho de 1994, nascia uma das principais medidas de estabilização econômica e controle inflacionário brasileiro. Com a ideia principal de controlar a hiperinflação, que “assombrava” a vida dos brasileiros desde o fim da ditadura militar até meados dos anos 90. Itamar Franco, então presidente da república, e Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda, mobilizaram nomes consagrados da economia brasileira para direcionar uma política monetária e por um fim na estabilidade e descontrole de preços (MARQUES, 2023).

Anunciado em dezembro de 1993, o programa de estabilização econômica tinha como seus primeiros objetivos, cumprir as etapas pré-estabelecidas como 1- o ajuste fiscal 2- a reconstrução da moeda com a adoção da URV (Unidade Real de Valor) e 3- o lançamento da nova moeda: o Real. Através da medida provisória nº 434, assinada pelo presidente Itamar Franco, em 30 de junho de 1994, o plano foi oficializado (GOMES 2014).

Diferentemente dos outros planos econômicos, o Plano Real não previa o congelamento de preços, ou seja, menos “estado controlador” e mais “forças de mercado agindo livremente”. A primeira fase do Plano Real consistia na batalha de convencer e provar no congresso, medidas que assegurassem um mínimo de controle nas contas públicas. Esta redução de gastos por parte do governo significa uma política ortodoxa de combate à inflação. Enquanto controle de preços e "cortes de zeros" na implantação das moedas em outros planos, nada mais era do que o estado tentando fazer “feitiçaria” para controlar a inflação. Ao contrário dos outros planos, o Plano Real derrubaria as contas e “tomaria as rédeas” dos gastos públicos (NEVES, 2022).

Desta forma, o Plano Real inova por se voltar a tradições econômicas amplamente difundidas no debate acadêmico internacional, mas que na América Latina, devido à predominância da influência cepalina no pensar do debate econômico, sempre foi visto com repulsa.

A segunda parte consistiu na implantação da URV (Unidade Real de Valor) que foi um dos passos mais importantes do Plano Real. A URV não tinha como ponto principal controlar os preços de mercado via governo, mas deixar que o mercado livremente determinassem seus preços. A URV também não variava de preço como o Cruzeiro Real

flutuava, e isso acabou por gerar um efeito psicológico interessante na população que era ver o mesmo preço praticamente todo dia no mercado (PEREIRA 2023). Segundo Roubicek (2024) “a etapa foi central para que a política tivesse êxito no controle da hiperinflação que tanto atingia o Brasil”. No dia primeiro de março, entra em vigor a URV, que foi instituída por uma medida provisória do governo dois dias antes.

Senhores Membros do Congresso Nacional,  
Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estados da Justiça, da Fazenda, do Trabalho, da Previdência Social, e Chefes do Estado-Maior das Forças Armadas, das Secretarias de Planejamento, Orçamento e Coordenação e da Administração Federal da Presidência da República, o texto da Medida Provisória nº 434, de 27 de fevereiro de 1994, que “Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor – URV e da outras providências”.  
Brasília, 28 de fevereiro de 1994. (ARQUIVOS DO SENADO FEDERAL, 1994. ACESSADO EM 23/04/2024).

De acordo com Neves (2007), a URV era quase como uma moeda, pois servia de unidade de conta, de reserva de valor, mas não como um meio de pagamento. Os bens e serviços continuavam a ser pagos em Cruzeiros novos, mas tinham como referência o uma unidade de valor estável. Nessas condições, a URV permitiu o alinhamento dos preços.

A URV tinha paridade com o dólar, uma URV era igual a um dólar, e era calculada diariamente, sempre para mais. No dia primeiro de março de 93, começou custando CR\$ 647,50, e terminou em 30 de junho a CR\$ 2.750 (PEREIRA, 2023).

Pereira (2023) sugere que “A URV foi vista como uma forma de “acalmar” os ânimos, mantendo os preços mais estáveis.” Fernando Henrique Cardoso (2018) disse que: “(a URV) era uma moeda virtual, indexada para dizer as pessoas ‘olha, a moeda que *‘ta ai’* hoje, que era o Cruzado novo, se desvaloriza todo dia, mas em URV, unidade de valor, o preço é o mesmo”. Desde a implantação do Plano Real, segundo Serrano (2024), a inflação ficou na média dos 3%, 4%, 5%, 6%, alguns poucos anos ultrapassando os 10%.

O Plano Real teve alguns diferenciais em relação aos planos anteriores. Como o não congelamento de preços, e a já comentada no parágrafo anterior, URV<sup>8</sup>. Segundo Freitas (2023): “Apesar do Plano Real não ter sido diretamente inspirado por iniciativas internacionais, incorporou princípios de estabilização econômica utilizados em outros contextos, como a âncora cambial e a moeda de transição”.

---

<sup>8</sup> URV funcionava como uma moeda virtual: o dinheiro que circulava era o cruzeiro real, mas os preços das mercadorias foram fixados em URV. Cada URV correspondia a 2.700 Cruzeiros Reais, e os consumidores usavam uma tabelinha de conversão (Valle 2023).



Valle (2023) explica que em 1920 a Alemanha passa por algo semelhante para controlar a hiperinflação. Tentou uma experiência com duas moedas simultâneas. Cristian Weiss (2019, online), em entrevista ao economista Gustavo Franco, integrante da equipe que criou o Plano Real explica que a inspiração da criação da URV partiu de certo modo do modelo alemão de estabilização da inflação:

“Tem muitos paralelos interessantes. E a solução no nosso caso é uma variação do Rentenmark alemão, implementado no verão de 1923. Dá para dizer que o ponto de partida é semelhante, porque são inflações que estavam na faixa de 40% a 50% mensais, é a situação da Alemanha até o final do inverno e começo do ano de 1923, e é a situação de quando o real é feito. Em ambos os casos, se tem a introdução de uma espécie de segunda moeda. Mas na Alemanha foi uma experiência muito mais desorganizada e muito mais rica, que foi a introdução dos chamados *Notgeld*, que são as moedas de emergência de valor estável, indexadas, que eram emitidas por agentes privados, fábricas, igrejas, prefeituras. Essas coisas começaram a proliferar e com muita aceitação. E isso se parecia, no caso brasileiro, com a disseminação dos contratos com indexação pela economia [...]. Aqui a gente viu uma coisa muito genial no Rentenmark que serviu para terminar com a inflação alemã, porém com esse problema de a inflação explodir, porque tinha duas moedas de pagamento. Então o que a gente fez no Brasil foi um Rentenmark pela metade. Era um Rentenmark que era só moeda de conta, e não moeda de pagamento. As pessoas não podiam recusar o cruzeiro real para aceitar a URV, porque a URV não servia para pagar. Era o mesmo mecanismo do Rentenmark, tinha uma imensa utilidade para coordenar expectativas, contratos, preços, salários e tudo mais. Mas não provocou a explosão da inflação. O Rentenmark durou alguns meses na Alemanha. O URV durou alguns meses e quando virou moeda, trocou de nome para real, e o cruzeiro real deixou de existir. De modo que a gente nunca teve as duas moedas circulando simultaneamente” (WEISS, 2019).

Com o passar dos meses, os Cruzeiros Reais (moeda da época) foram sendo abandonados, e a URV se tornou apenas “Real”. O BACEN (Banco Central do Brasil) estipulou que cada R\$ 1,00 (um real) era o equivalente a um dólar. Naquele momento o câmbio era de “um para um”<sup>9</sup> (VALLE, *apud* FELDMANN, 2023). Essa medida foi necessária para que o câmbio não afetasse a inflação. Sendo assim, ajudava a conter o fantasma da hiperinflação, porém prejudicou o resultado das contas externas, fazendo o governo tomar novos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para o consumidor, até certo ponto era vantagem, mas a renda do brasileiro estava muito abaixo dos padrões atuais, e é neste cenário que surgem as lojas de “R\$ 1,99”, que somente vendiam produtos a esse preço, importados a “preço de banana”. (LAPORTA, 2015).

---

<sup>9</sup> O chamado Câmbio Fixo, regulado pelo governo (no Brasil pelo BACEN), por meio de reservas internacionais, na implantação do Plano Real, em 1994. O câmbio fixo chegou ao fim de 1998 esgotado. O rombo nas contas externas disparou, e o país flertava com a recessão. Crises cambiais e a mudança para o regime flexível eram tendência em todo o mundo emergente e apenas questão de tempo no Brasil. Poucos dias depois de sua reeleição em 1998, Fernando Henrique Cardoso anunciava a mudança no câmbio que ocorreria em meados de 1999 (ELIAS, 2019).

Desta forma, o Plano Real procurou transferir os preços dos bens e produtos que estavam na moeda antiga para a nova moeda não pelo braço do governo, mas sim pelas forças de mercado, pelas mãos dos diferentes agentes econômicos atuando livremente na economia.

Segundo o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, em entrevista para o documentário “Economia Brasileira” (2018) explica que o sucesso do plano foi fazer tudo de forma transparente, ou seja: “ao invés de você, de manhã acordar e no diário oficial, ler que tem uma nova moeda, que esta desvalorizada de ‘tanto’, não. Nós explicamos com antecipação o que ia acontecer”. De certa forma, era uma forma de convidar os agentes econômicos a participarem da nova mudança, e não uma forma, como outrora de um estado “semiautoritário” que “ditava” como iria ser.

O Plano Real trouxe “novamente” a confiança dos brasileiros quando o assunto era economia. Foi um fator fundamental no combate a inflação por que as pessoas passam a consumir mais, há maiores investimentos no país e maior geração de empregos, assim estabilizando a economia (VALLE *apud* FELDMANN 2023).

Outro ponto positivo do Plano Real foi a redução da miséria. Segundo Fonseca (2023): “a inflação é a doença da moeda, representa a perda do poder de compra. O maior impacto do Plano Real foi restabelecer em ganhos reais o poder de compra da moeda para a população e reduzir a miséria”.

Antes da implantação do Plano Real, 35% da população brasileira eram consideradas miseráveis. Dez anos depois, segundo Valle (2023) esse percentual caiu para 22%. Assim, com a redução do estado, permitiu uma maior liberdade dos agentes econômicos.

Este esforço de pesquisa parte do pressuposto que um dos efeitos da estabilidade econômica foi à capacidade das pessoas se planejarem financeiramente para o futuro. Quando da sua implantação, o Plano Real logo provocou uma súbita explosão de demanda, porém, diferente do Plano Cruzado, por exemplo, o desabastecimento não ocorreu. De acordo com o economista Gustavo Franco, a menor inflação da história do país se deu no ano de 1998, com taxa de 1,6% ao ano (FRANCO, 2018).

Houve por parte do governo federal medidas de restrição de crédito, conhecidos como “remédio amargo”. As restrições foram necessárias para frear o consumo nos primeiros meses de estabilização, que seria mortal para o Plano Real (GOMES, 1994).

Para sanar dívidas e reduzir a máquina estatal<sup>10</sup>, algumas empresas estatais foram privatizadas, como a companhia de mineração Vale do Rio Doce, por exemplo, que divide opiniões sobre sua privatização, ao “privatizar” o subsolo brasileiro (SOTTOMAIOR *apud* ARIDA 2018).

As empresas de telecomunicações também foram privatizadas. A Telebrás foi privatizada em 28 de julho de 1998. Era responsável por controlar todo o sistema de telefonia fixa do país, telefonia móvel e transmissão de dados (MÁXIMO, 2023).

Sob a perspectiva do governo na época, a União não tinha dinheiro nem eficiência para prestar serviços públicos de qualidade, do outro lado, havia a pressão daqueles que entendiam que a empresa privada ao prestar serviços de natureza estatal, tinha-se o risco de haver concentração de seus serviços em áreas onde os consumidores tinham condições de pagar mais caro pela oferta ou plano de serviço.

Desse modo foi criado às agências regulatórias, como, por exemplo, a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações)<sup>11</sup>. Nada mais é do que a forma de como o Estado controla os serviços, ou seja, o Estado não investe diretamente, não em tudo, mas controla e regulamenta os serviços (SOTTOMAIOR, *apud* BARROS, 2018).

Com o advento da nova moeda e o controle da inflação, o Brasil começava a ter uma crise bancária. Alguns bancos privados como o Bamerindus, o Econômico e o Nacional quebraram, e também os bancos públicos se encontravam na mesma situação como, por exemplo, o Banespa, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil. Os bancos privados tinham suas receitas na maioria advindas do overnight, do floating<sup>12</sup>, derivadas da alta inflação. Se neste momento, não houvesse uma intervenção, o prejuízo poderia se tornar mais sistêmico, transbordando do setor bancário para toda a economia com desemprego e recessão (CHIKOSKI, 2012).

---

<sup>10</sup> Na visão de economistas clássicos e libertários, a máquina estatal é um dos males advindos das políticas desenvolvimentistas que sempre dominaram o debate acadêmico e de políticas públicas no Brasil desde Getúlio Vargas. Para os clássicos e austríacos, menos estado e maior liberdade de mercado sempre incorre em crescimento e desenvolvimento melhor alicerçado ou mais sustentável ao longo prazo (CAMARGO, 2017).

<sup>11</sup> Embora hoje as agências reguladoras como ANATEL (telecomunicações), ANS (saúde), ANAC (aviação), ANEEL (energia) dentre outras, quando na implantação do Plano Real teve um importante papel na regulamentação de serviços em um país de dimensões continentais como o Brasil, hoje acumulam problemas tais como: indicações políticas dos presidentes e diretores, influência de mercado nas indicações, defesa maior dos interesses do mercado do que dos consumidores, uso da coisa pública para fins privados dentre outros. Segundo Gomes (2019) atualmente estas agências não contribuem mais para o rigoroso controle fiscal que necessitávamos durante a implantação do Plano Real, necessitando passar por uma reformulação de suas políticas e reforma administrativa.

<sup>12</sup> Derivado do verbo em inglês *Float*. O *Float* bancário é o número de dias úteis que o banco retém os valores recebidos por esta carteira, para então disponibilizar em sua conta corrente.

Para controlar a crise da quebra dos bancos no momento em que a inflação começou a ser então controlada, em 1995 o governo cria o PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. Elaborados pelo governo federal e implantado em novembro do mesmo ano, programa era um conjunto de medidas econômicas com o objetivo de ajudar as instituições econômicas que passavam por problemas de liquidez na época (REIS, 2020).

A partir desse momento, o Banco Central intervinha nestas instituições, repassando dinheiro, na forma de auxílio econômico, que na prática era um empréstimo. A maioria dos bancos que receberam a ajuda do PROER definitivamente fechou e outros foram incorporados a outras instituições. Importante ressaltar, que mesmo como fechamento dos bancos, os correntistas não perderam seu dinheiro investido nestas instituições.

Para os bancos estaduais e federais, na época foi criado o PROES (Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária). Neste momento o Banco do Brasil e a Caixa Econômica passaram a serem “empresas” e não mais elo para fazer favores políticos (REIS 2020).

O Governo demonstrou que não havendo equilíbrio fiscal, a inflação voltaria. Houve também, por parte do governo, a iniciativa de organizar as contas dos estados. O Banco Central reuniu todas as dívidas, e os estados não podiam mais se endividar. Nesse momento, em meados dos anos 2000, surge a lei de responsabilidade fiscal (SOTTOMAIOR, 2018).

Segundo o site oficial do Senado Federal, ([www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br)):

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece um conjunto de normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações para prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas. De acordo com o Ministério da Fazenda, a LRF (Lei Complementar 101/2000) tem como premissas básicas o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização.

A lei estabelece, em regime nacional, parâmetros para gasto público de cada ente federativo. As restrições orçamentárias visam preservar a situação fiscal de União, estados e municípios e do Distrito Federal, de acordo com seus balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira da administração pública, a aplicação de recursos nas esferas adequadas e uma boa herança administrativa para os futuros gestores. (AGÊNCIA SENADO, 2024).

Mas o Plano Real teve alguns efeitos colaterais. Castro (2018) sustenta que o Plano Real, ao combate da inflação foi um sucesso absoluto, mas, as medidas de correções dos problemas tiveram alguns impactos. O plano era composto por várias medidas recessivas, aperto monetário e desestimulava o consumo (o famoso “remédio amargo, porém necessário”).

Outra medida fundamental para a implantação do Plano Real foi uma profunda mudança na política macroeconômica. A partir de meados de 1999, o governo adota o chamado tripé macroeconômico<sup>13</sup>, onde abre mão de controlar o câmbio<sup>14</sup>, porém, se comprometeria a manter o valor da moeda, fazer um superávit primário nas contas públicas e a estabelecer e cumprir as metas de inflação, deixando o Banco Central atuar de forma autônoma e independente, mas não para fazer o que quisesse, mas sim para aumentar os juros e perseguir a meta (CASTRO, 2019).

É importante ressaltar, que a primeira vez que a ausência de inflação não corrói o poder de compra da moeda ao longo do mês, gerando uma sensação de aumento do poder de compra. Esta sensação pode gerar uma pressão inflacionária uma tendência ao aumento do consumo por parte das famílias e/ou indivíduos. É nesse sentido que o aumento da taxa de juros tenta contrabalancear.

Não é a intenção de esta pesquisa entrar na discussão das medidas que poderiam ter sido adotadas para, em paralelo a redução da máquina estatal, estimular o setor privado a ser mais atuante. Ou se a abertura comercial da época foi insuficiente. Ou ainda o fato da década de 1990 ter representado uma série de desafios externos, como a crise mexicana<sup>15</sup> de 1993 e a crise asiática de 1997<sup>16</sup> que salientou a vulnerabilidade externa brasileira.

Entende-se que o Plano Real foi um plano de estabilização bem sucedido, que continha em seu pacote de medidas uma gama considerável de políticas econômicas ortodoxas, a saber: (I) A opção pelos ajustes dos preços pelas forças de mercado; (II) A transparência e preocupação em detalhar e antecipar frente aos diferentes agentes econômicos

---

<sup>13</sup> O tripé macroeconômico, que passou a vigorar no Brasil a partir de 1999, se baseia em: Equilíbrio Fiscal que é o esforço do governo para controlar os seus gastos, uma vez abatida à despesa com o pagamento de juros (superávit fiscal primário). Metas de Inflação, ou seja, a ferramenta para a estabilidade de preços e o Câmbio Flutuante: para neutralizar os impactos de eventos externos (AGIANI, 2019).

<sup>14</sup> O Governo inicia com regime de câmbio fixo, mas adota neste momento o regime de câmbio com bandas flutuantes.

<sup>15</sup> As origens da crise mexicana se encontram em sua política cambial. As ancoras cambiais mexicanas causaram um estrago e tanto na economia nacional. Apesar de terem boas intenções de política macroeconômica foram feitas para que houvesse um controle da inflação por meio de bloqueio do efeito de choques monetários, internacionais na condução da política monetária de estabilização (COELHO 2021).

<sup>16</sup> A crise desencadeada na Ásia ocasionou perdas patrimoniais intensas no restante do mundo. Na América Latina, o país mais atingido foi o Brasil, sendo que a queda apresentada na bolsa de valores esteve aproximadamente nas mesmas proporções das registradas pelas economias asiáticas. Conforme a revista BUSINESS WEEK (1997, p. 53), citado por PEREIRA, “uma semana após o crash asiático, os principais mercados acionários do Mundo contabilizaram os prejuízos: Hong Kong, - 35,4%, Japão -21,3%, EUA -9,1%; Grã-Bretanha -9,2%, Austrália -12,1%, México -10,1% e Brasil -27,9%”.

as etapas do plano; (III) O ajuste fiscal dado pelas privatizações, cortes de gastos do governo e o saneamento do sistema bancário brasileiro.

## 5 - CONCLUSÃO

Esta pesquisa esforçou-se em entender os rumos políticos que levaram o Brasil na década de 1980 a hiperinflação. Para tanto, primeiro se discutiu as origens do processo inflacionário que se tornou uma preocupação perene ao final do regime militar. Observou-se que a inflação teve seu incremento pela opção desenvolvimentista de aumento do estado na economia via endividamento externo, no afa da “mudança estrutural da economia brasileira”.

As crises do petróleo concomitante ao endividamento externo, às taxas de juros flutuantes culminaram no problema inflacionário que assolaria o Brasil por mais de uma década.

Quanto aos planos de estabilização que antecedem o plano real, estes continham em seu diagnóstico a premissa da existência de uma inflação inercial e a tomada de soluções heterodoxas, como o congelamento de preços, o confisco fiscal e o corte de zeros. Todas estas, significavam um forte dirigismo estatal e pouco esforço de políticas monetárias e fiscais ortodoxas.

Já o Plano Real surgiu de uma conjuntura de descontrole da inflação que gerava muita instabilidade econômica. O Plano Real foi um conjunto de ações que diagnosticaram o problema e ao observar as outras experiências dos planos que não foram bem sucedidos.

Diferentemente dos outros planos econômicos, o Plano Real não teve o congelamento de preços, ou seja, foi um plano que diminuiu o controle por parte do estado, deixando as forças de mercado agir livremente. A primeira fase do Plano Real consistia na batalha de convencer e provar no congresso nacional, medidas que assegurassem um mínimo de controle nas contas públicas. Esta redução de gastos por parte do governo significa uma política ortodoxa de combate à inflação bem sucedida ao longo dos anos.

Ao controlar a inflação, o Plano Real teve também seu lado “amargo”. Para que a moeda continuasse forte, era necessária a entrada de dólares no país. O Plano Real reduziu os impostos de importações, abrindo assim o mercado brasileiro para produtos estrangeiros. Com essa medida, o custo de produção interno se tornou alto, impossível de concorrer com produtos vindos do exterior com preços mais atrativos.

Mesmo com a inflação em dois dígitos no ano de 2021, nem de longe se compara com a hiperinflação no ano de 1985 que batia na casa dos 235%. A frase "se alguma coisa tem que

ser feita, então que seja bem feita" de Johann Wolfgang Von Goethe [s.d.], carrega em si o princípio fundamental de excelência e dedicação. Essa afirmação ressalta a importância de realizar uma tarefa com cuidado, atenção e qualidade, filosofia essa que foi seguida desde a escolha da equipe de criação do Plano Real, tanto quanto quem deu créditos e acreditou que o problema da hiperinflação poderia sim, ser solucionado, não no dia da implantação do plano, mas sim após algumas reestruturações, mudanças transparentes que devolvessem a confiança toda à nação brasileira, de que aquele plano, diferente de outrora, seria frutífero e vitorioso no combate ao fantasma da hiperinflação.

Vale ressaltar que essa pesquisa foi fruto de releituras de artigos, periódicos e portais, e explicou a implantação e resultados do Plano Real até o ano 2000. Sendo assim, não levou em consideração a desvalorização do Real (moeda) até meados de 2024, tendo como exemplo que, segundo a calculadora do Banco Central, o valor da nota de cem reais (R\$ 100,00) em julho de 1994 era equivalente a R\$12,66 em dezembro de 2023. Ou seja, teve uma perda de 87,34% do seu valor de compra desde sua implantação.

Sugere-se como outra pesquisa a indagação, a partir de uma ótica atual e da desvalorização que o real teve desde sua implementação, se o Real foi bem-sucedido ao longo de 30 anos enquanto moeda estável.

## REFERÊNCIAS

- MARQUES, Flavia, 2023. **Em 25 anos, como o Plano Real mudou a economia do Brasil?** Disponível em: <<https://www.creditas.com/exponencial/plano-real-muda-economia-do-brasil/>>. Acesso em: 19 abr. 2024.
- AVERBUG, Marcelo, 2005. **Plano Cruzado: Crônica de uma experiência.** Revista do BNDES, volume 12, Rio de Janeiro, dez 2005.
- SOTTOMAIOR, Louise. **Economia Brasileira - A história contada por quem à fez.** Youtube, 2011
- REIS, Tiago. **Plano Verão: o que foi e por qual motivo ele falhou?** Disponível em: <<https://www.sunos.com.br/artigos/plano-verao/>>. Acesso em: 19 abr. 2024.
- Plano Collor.** Disponível em: <<https://querobolsa.com.br/enem/historia-brasil/plano-collor/>>. Acesso em: 19 abr. 2024.
- EMPIRICUS, E. **Overnight: como funciona essa operação financeira e por que ela é importante?** Disponível em: <<https://www.empiricus.com.br/explica/overnight/>>. Acesso em: 19 abr. 2024.
- REIS, Tiago. **Overnight: conheça a utilização desse termo do mercado de ações.** Disponível em: <<https://www.sunos.com.br/artigos/overnight/>>. Acesso em: 19 abr. 2024.
- GOMES, Fabio Guedes, 2014: **vingte anos do Plano Real.** Disponível em: <<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2014/03/14/2014-vingte-anos-do-plano-real>>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- Plano Real: Fim da inflação e conquista da estabilidade econômica.** Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/plano-real-fim-da-inflacao-e-conquista-da-estabilidade-economica.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- Antes do Plano Real, inflação no Brasil chegou a 2.500% ao ano.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/antes-do-plano-real-inflacao-no-brasil-chegou-a-2-500-ao-ano>>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- TEIXEIRA, Silvana, **Plano Cruzado: saiba o que foi e o motivo de seu fracasso.** Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/dicas-cursos-cpt/plano-cruzado-saiba-o-que-foi-e-o-motivo-de-seu-fracasso>>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- BEZERRA, Juliana. **Plano Collor.** Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <[HTTPS://www.todamateria.com.br/plano-collor/](https://www.todamateria.com.br/plano-collor/)>. Acesso em 27 de abr. 2024.
- JEHNIFFER, Jaine. **Plano Collor: o que foi, medidas e o que aconteceu com o dinheiro? Investidor Sardinha**, 23 Mar. 2021. Disponível em: <<https://investidorsardinha.r7.com/aprender/plano-collor/>>. Acesso 26 de abr. 2024.



**Plano Real completa 30 anos com legados positivos e negativos na economia.** Disponível em: <<https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/plano-real-completa-30-anos-com-legados-positivos-e-negativos-na-economia/>>. Acesso em: 2 mai 2024.

PEREIRA, Felipe. **URV: a unidade de valor que não era moeda e obrigou brasileiros a fazer contas de cabeça para saber quanto pagar.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/urv-a-unidade-de-valor-que-nao-era-moeda-e-obrigou-brasileiros-a-fazer-contas-de-cabeca-para-saber-quanto-pagar/>>. Acesso em: 5 mai. 2024.

**LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lrf>> Acesso em: 6 mai. 2024.

**ANM distribuirá R\$ 441 milhões de royalties da mineração a estados e municípios produtores.** Disponível em: <<https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/noticias/anm-distribuir-a-r-441-milhoes-de-royalties-da-mineracao-a-estados-e-municipios-produtores>>. Acesso em: 6 mai. 2024.

CASTRO, José Roberto. **O que foi o plano real e como ele controlou a hiperinflação.** Disponível em: <[HTTPS://www.nexojornal.com.br/explicado/2019/06/30/o-que-foi-o-plano-real-e-como-ele-controlou-a-hiperinflacao](https://www.nexojornal.com.br/explicado/2019/06/30/o-que-foi-o-plano-real-e-como-ele-controlou-a-hiperinflacao)>. Acesso em 7 de mai. 2024.

MAXIMO, Welton. **Setor de telecomunicações enfrenta desafios 25 anos após privatização.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/setor-de-telecomunicacoes-enfrenta-desafios-25-anos-apos-privatizacao>>. Acesso em: 7 mai. 2024.

VIANNA, Guilherme. **“Conheça os principais tipos de inflação e como eles afetam a economia”** Disponível em: <<https://analisa.genialinvestimentos.com.br/noticias/mercado-financeiro/conheca-os-principais-tipos-de-inflacao-e-como-eles-afetam-a-economia/>>. Acesso em: 7 mai. 2024.

GUITARRARA, Paloma. **Inflação.** Brasil Escola. Disponível em: [HTTPS://brasilecola.uol.com.br/economia/inflacao.htm](https://brasilecola.uol.com.br/economia/inflacao.htm). Acesso em 07 de maio de 2024.

TWEIXEIRA, Silvana. **“Inflação inercial. Aprenda agora o que é isso”.** Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/cursos-metodologia-de-ensino/artigos/inflacao-inercial-aprenda-agora-o-que-e-isso>>. Acesso em 07 de Maio de 2024.

MAIA, Rafael Cabral, **“Um novo plano nacional de desenvolvimento para o Brasil”** Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/novo-plano-desenvolvimento-brasil/>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

RIBEIRO, Marcelo. **‘É preciso que existam políticas de transferência de renda bem desenhadas para atingir a população que mais precisa.’** Disponível em: <<https://www.epsvj.fiocruz.br/noticias/entrevista/e-preciso-que-existam-politicas-de-transferencia-de-renda-bem-desenhadas-para>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

MARINGONI, Roberto. **A maior e mais ousada iniciativa do nacional desenvolvimentismo**. Disponível em:

<[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3297&catid=2](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3297&catid=2)>. Acesso em: 13 mai. 2024.

REIS, Tiago. **Flutuação suja: entenda como o Banco Central intervém no mercado de câmbio**. Disponível em: <<https://www.sun0.com.br/artigos/flutuacao-suja/>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

JEHNIFFER, Jaine. **Flutuação suja: o que é e como funciona**. *Investidor Sardinha*, 25 Sep. 2021. Disponível em: <<https://investidorsardinha.r7.com/aprender/flutuacao-suja/>>. Acesso em: 13 mai. 2024

Folha de S.Paulo - **Remédio amargo, diz ministro - 4/11/1994**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/11/04/brasil/11.html>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

COELHO, Savio. **Adios, México! — Uma breve história da crise financeira de 1994**. Disponível em: <<https://economiamainstream.com.br/artigo/adios-mexico-uma-breve-historia-da-crise-financeira-de-1994/>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

WEISS, Cristian. Edel. **Plano Real foi uma cópia do modelo alemão pela metade**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/plano-real-foi-uma-c%C3%B3pia-do-modelo-alem%C3%A3o-pela-metade/a-49515537>>. Acesso em: 14 mai. 2024.

BAHRY, Thaiza Regina. **Os Reflexos da Crise Financeira de 1987 na Economia Brasileira**. Dissertação de mestrado. [s.d.]

VARGAS, Diego Bohlke. **Desenvolvimento Socioeconômico**. Indaial, UNIASSELVI 2020.

DESIDÉRIO, Marcio. (2024, maio 11). **Dívida do RS chega a mais de R\$ 100 bilhões e tem origem nos anos 1990**. UOL. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/05/11/divida-rs.htm>> Acessado em 15 de mai 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO - **Bancos de economistas crescem no Real - 09/05/99**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc09059915.htm>>. Acessado em 15 e mai de 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO - **Proer só recupera 5,71% do dinheiro que emprestou - 20/01/98**. ([s.d.]). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc200102.html>> acessado em 15 de mai 2024.

IBGE - instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (2024) **Inflação**, *Gov.br*. disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acessado em 15 de mai de 2024.

BONAT, D. **Metodologia da Pesquisa**. Curitiba: IESDE BRASIL S.A., 2009. Pg. 132.

**Indexação: o que é? Como marcou a economia brasileira?** (2022) *Bora Investir*. Disponível em: <<https://borainvestir.b3.com.br/objetivos-financeiros/indexacao-o-que-e-como-marcou-a-economia-brasileira>> Acesso em 21 de mai de 2024.

Banco Central do Brasil [s.d.] **Estabilidade Financeira**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/politicacambial>>. Acessado em 21 de mai de 2024.

OLIVEIRA, Luis Mauricio S. **Câmbio Fixo e Flutuante**. Editora Juruá 2023. Disponível em: <[https://www.suapesquisa.com/economia/cambio\\_fixo\\_flutuante.html](https://www.suapesquisa.com/economia/cambio_fixo_flutuante.html)>. Acessado em 21 de mai. 2024.

**Taxas de inflação no Brasil**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.dadosmundiais.com/america/brasil/inflacao.php>>. Acessado em 21 de mai. 2024.

CAMARGO, Mariane. **Os Teóricos da Escola Clássica: Adam Smith, David Ricardo, Jean Baptiste Say e Thomas Malthus**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-teoricos-da-escola-classica-adam-smith-david-ricardo-jean-baptiste-say-e-thomas-malthus/322842063>>. Acesso em: 21 de mai. 2024.

COELHO, Savio. (2021). **Adios, México! — Uma breve história da crise financeira de 1994**. Disponível em: <<https://economiamainstream.com.br/artigo/adios-mexico-uma-breve-historia-da-crise-financeira-de-1994/>>. Acessado em 21 de mai. de 2024.

ABREU, Marcelo de Paiva, ET al. **A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989** Editora Campus. [s.d.]

**Letra Financeira do Tesouro (LFT): o que é e como funciona**. Warren Magazine (2019). Disponível em: <<https://warren.com.br/magazine/o-que-e-letra-financeira-do-tesouro-lft/>>. Acessado em 23 de mai. 2024.

**Overnight. The Capital Advisor**. Disponível em: <<https://comoinvestir.thecap.com.br/overnight>>. Acessado em 23 de mai. 2024.

MOTTA, Jociano. **Regimes Cambiais: Entenda as Diferenças e sua Importância no Comércio Internacional**. Disponível em: <<https://cheap2ship.com/regimes-cambiais-entenda-as-diferencas-e-sua-importancia-no-comercio-internacional/>> Acesso em 28 de Mai. 2024.

ALVES, Igor. **Metodologia Científica. Enciclopédia Significados**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/metodologia-cientifica/>>. Acessado em 28 de Mai 2024.

**A inflação e a desvalorização do real de 1994 a 2023**. F5 News - Sergipe Atualizado. Disponível em: <<https://www.f5news.com.br/blogs-e-colunas/marcio-rocha/a-inflacao-e-a-desvalorizacao-do-real-de-1994-a-2023.html>>. Acessado em 28 de Mai 2024.

TOLOTTI, Rodrigo. **Sem fortes emoções? O que aconteceria se o câmbio fosse fixo**. InfoMoney. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/sem-fortes-emocoes-o-que-aconteceria-se-o-cambio-fosse-fixo/>> Acesso em 04 jun 2024

LAPORTA, Tais. **R\$ 1 chegou a valer mais que US 1 no passado; lembre-se**. (2015, 22 de setembro). Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/r-1-chegou-valer-mais-que-us-1-no-passado-relembre.htm>>. acesso em 06 de Jun 2024

CHIKOSKI, José Renato. **Sistema Brasileiro: a Consolidação do Sistema Bancário A Partir de 1994**. Monografia, (Bacharelado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, PR. 2012 página 63.